

**LEI N. 1.436, DE 28 DE JANEIRO DE 2002**

**“Dispõe sobre a Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Acre e dá outras providências.”**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE**

**FAÇO SABER** que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º** Ficam disciplinados por esta lei as medidas de defesa sanitária vegetal, tendo em vista a integridade do patrimônio vegetal estadual, a preservação da saúde pública e do meio ambiente.

**Art. 2º** A legislação de defesa sanitária vegetal integra as ações técnico-administrativas de iniciativa do poder público e da sociedade de um modo geral, tendo por finalidade adotar práticas conservacionistas, integradas, de produção vegetal e preservação da saúde e do meio ambiente, objetivando o rendimento máximo e a qualidade produtiva de espécies pela redução de riscos de pragas à saúde dos vegetais de interesse econômico, sendo um estímulo fundamental para os programas estaduais e regionais de desenvolvimento, reunindo elementos econômicos, de intercâmbio comercial e de proteção à saúde humana, com a observância da legislação pertinente.

**Art. 3º** As ações de defesa sanitária vegetal podem ser executadas tanto pelo Estado como por qualquer pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

**Parágrafo único.** A responsabilidade pela normatização e regulamentação dos serviços de legislação de defesa sanitária vegetal é de competência do Poder Executivo, através da Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária do Acre – SEAP - Acre, que exercerá as funções de fiscalização, apoio, incentivo e planejamento, sendo este último determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

**Art. 4º** Compete ao Estado, através da SEAP - Acre, criar o Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, objetivando:

- I - orientar, controlar e executar as atividades de vigilância fitossanitária;
- II - elaborar e manter o sistema de informação fitossanitária;
- III - apreender e destruir material vegetal, parte de material vegetal em trânsito, contaminados por praga ou fora do padrão;
- IV - controlar trânsito de vegetal, parte de vegetal, material biológico e de multiplicação;
- V - aplicar sanções por descumprimento de norma de defesa sanitária vegetal;
- VI - interditar área pública ou privada para controle fitossanitário;
- VII - listar e publicar sempre que necessitar atualizações: as pragas de qualidade, as pragas quarentenárias A1 e as pragas quarentenárias A2, informando seus respectivos hospedeiros;
- VIII - estabelecer programas para o controle das pragas de qualidade e das pragas quarentenárias A2 no Estado do Acre.
- IX - decretar área livre de praga e área de baixa prevalência.

**Parágrafo único.** A coordenação e execução das atividades relativas a prevenção e controle de pragas previstas nesta Lei serão exercidas pela Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária – SEAP - Acre, com apoio da Secretaria de Estado da Fazenda, das Polícias Militar e Civil do Estado do Acre, quando se fizer necessário.

**Art. 5º** A Secretaria de Estado da Fazenda só emitirá documento de arrecadação aos vegetais e produtos vegetais que estiverem acompanhados dos documentos fitossanitários (Permissão de Trânsito), emitidos pela SEAP- Acre e Portarias Federais do Ministério da Agricultura.

**Art. 6º** Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade fitossanitária local as ocorrências de casos suspeitos, presumíveis ou comprovados de:

- I - pragas que impliquem na necessidade de quarentena ou destruição do vegetal;
- II – pragas existentes no Estado do Acre e discriminadas na relação da SEAP - Acre, a ser atualizada periodicamente.

**Art. 7º** A autoridade fitossanitária poderá exigir ou executar, caso necessário:

- I - apreensão, interdição de área pública ou privada, com a destruição do material vegetal infectado ou fora do padrão, desacompanhado da documentação fitossanitária;

II - erradicação das plantas de espécies vegetais sem documentação fitossanitária ou contaminadas por praga.

**Art. 8º** Toda vez que houver dificuldade ou algum tipo de impedimento para a realização das ações, normas, medidas e serviços a que se refere esta lei, a autoridade fitossanitária poderá requisitar o auxílio da autoridade policial.

**Art. 9º** Fica criado o Sistema Estadual de Cadastro de Propriedades Produtoras de Vegetais e Produtos Vegetais e de Estabelecimento de Comércio de Vegetais Destinados à Propagação.

**Parágrafo único.** Os proprietários, arrendatários ou ocupantes a qualquer título, das propriedades e estabelecimentos referidos no *caput* deste artigo ficam obrigados a requerer o cadastro na Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária - SEAP - Acre.

**Art.10.** A Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária – SEAP - Acre é responsável pela coordenação de campanhas e programas de prevenção e erradicação de pragas vegetais no Estado do Acre, quer sejam de âmbito nacional ou estadual.

**Art. 11.** Para evitar a introdução e a propagação de pragas quarentenárias A1, no território acreano, fica instituída a obrigatoriedade de atestado ou certificado fitossanitário para o trânsito interestadual de vegetais e produtos vegetais hospedeiros de tais pragas, por via terrestre, aérea ou fluvial.

**Parágrafo único.** A exigência do atestado fitossanitário para o trânsito interestadual será fiscalizado nas pontes de fronteira julgadas estratégicas para a defesa do patrimônio vegetal, através dos postos de vigilância sanitária ali instalados.

**Art. 12.** O trânsito intraestadual de vegetais e produtos vegetais hospedeiros de pragas quarentenárias A2, com destino a locais oficialmente livres de tais pragas, somente será permitido quando acompanhados de documentos fitossanitários exigidos pela SEAP - Acre.

**Parágrafo único.** Além dos documentos exigidos no *caput* deste artigo, ainda serão exigidos documentos fitossanitários para o trânsito de vegetais e produtos vegetais, hospedeiros de praga de qualidade, quando estabelecido por programa de controle.

**Art. 13.** Considera-se infração a esta lei a inobservância a ela e a sua regulamentação, bem como as normas técnicas especiais e a quaisquer dispositivos que, de que qualquer forma, destinem a proteção, recuperação e promoção da saúde vegetal, sendo passíveis das penalidades relacionadas abaixo:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão de comercialização de vegetais e produtos vegetais;
- IV - apreensão de vegetais e produtos vegetais;
- V - condenação de vegetais e produtos vegetais com mudança de uso proposto;
- VI - suspensão de cadastro de propriedades produtoras de vegetais/produtos vegetais e os estabelecimentos de comércio de vegetais/produtos vegetais;
- VII - cancelamento de cadastro de propriedades produtoras de vegetais/produtos vegetais e os estabelecimentos de comércio de vegetais/produtos vegetais;
- VIII - interdição de propriedades para saída de vegetais e produtos vegetais, hospedeiros de praga(s) de qualidade e praga(s) quarentenária(s) A2;
- IX - tratamento de vegetais e produtos vegetais;
- X - destruição de restos culturais;
- XI - vedação do Crédito Rural ou percepção de quaisquer outros recursos, subvenções ou acesso aos programas oficiais do Estado.

**§ 1º** Responde pela infração referida neste artigo quem, por ação ou omissão, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

**§ 2º** As multas referidas no inciso II deste artigo terão o valor mínimo de sete e o máximo de setecentas UPF's - AC, por espécie ou tipo de infração.

**§ 3º** Os valores referidos no parágrafo anterior serão sempre corrigidos pelos mesmos índices oficiais e legais adotados pelo Estado para os demais efeitos.

**§ 4º** As multas, obedecidos os limites do § 2º, serão aplicadas proporcionalmente ao dano direto ou indireto

**§ 5º** O Poder Executivo, por ato regulamentar, estabelecerá os parâmetros de proporcionalidade das multas referidas no parágrafo anterior.

**§ 6º** No caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

**§ 7º** No caso de infração continuada caracterizada pela permanência da ação ou omissão inicialmente punida, será a respectiva penalidade aplicada diariamente até cessar sua causa, sem prejuízo das medidas previstas no art. 7º.

**§ 8º** O ato regulamentador definirá os procedimentos fiscais, a forma de atuação, bem como a concessão de prazos para a defesa e recursos de modo a não prejudicar a eficiência dos procedimentos que, pela sua natureza do fato, exijam ação ou omissão imediata por parte do infrator.

**Art. 14.** Os recursos provenientes da arrecadação de multas, emissão de certificados fitossanitários e outros serviços deverão ser, integralmente, revertidos em benefício da atividade de defesa sanitária vegetal.

**Art. 15.** Os servidores da SEAP - Acre terão livre acesso, quando no exercício de suas atribuições, a todos os locais em que suas ações, medidas, normas e serviços de que trata esta lei devam ser observados, obedecidos, aplicados ou executados.

**Art. 16.** A Secretaria Executiva de Agricultura e Pecuária do Estado – SEAP - Acre poderá delegar competência a terceiros, através de convênios, para a execução da presente lei, permanecendo a seu cargo a coordenação, fiscalização e planejamento dos serviços de defesa sanitária vegetal.

**Art. 17.** Para efeito desta lei entende-se por:

- I - planta invasora: vegetal que se desenvolve onde não é desejado;
- II - vegetal: planta viva e suas partes, incluindo sementes;

**III** - produto vegetal: material não manufaturado de origem vegetal (incluindo grãos) e aqueles produtos manufaturados que, por sua natureza ou a de seu processamento, podem criar um risco de dispersão de pragas;

**IV** - praga: qualquer espécie, raça ou biótico de vegetais, animais ou agentes patogênicos, nocivos para os vegetais ou produtos vegetais;

**V** - praga quarentenária A1: uma praga de importância econômica potencial para o Estado do Acre e que não está presente nele, em relação às pragas ocorrentes no território brasileiro;

**VI** - praga quarentenária A2: uma praga de importância econômica potencial para o Estado do Acre, que tem distribuição livre e é oficialmente controlada;

**VII** - controle oficial: toda medida fitossanitária efetivamente fiscalizada e/ou executada pela SEAP - Acre;

**VIII** - praga de qualidade: praga de importância economicamente significativa e verificável, que afeta o uso proposto dos vegetais ou produtos vegetais e encontra-se amplamente distribuída no Estado do Acre;

**IX** - uso proposto: destino final do vegetal, ou suas partes, que pode ser a propagação, o consumo, a transformação ou a industrialização;

**X** - controle de uma praga: contenção, supervisão ou erradicação da população de uma praga;

**XI** - inspeção: exame visual oficial de vegetais, produtos vegetais e outros objetos de normalização, para determinar se existem pragas presentes e/ou para determinar o cumprimento das regulamentações e regulações fitossanitárias;

**XII** - hospedeiro: qualquer espécie vegetal que pode ser infestado ou infectado por uma praga específica;

**XIII** - quarentena: confinamento oficial de vegetais ou produtos vegetais sujeitos a regulamentações fitossanitárias, para observação e investigação ou para futura inspeção, prova e/ou tratamentos;

**XIV** - área livre de praga: uma área na qual uma praga específica não ocorre como demonstra a evidência científica e na qual, quando corresponde, esta condição é oficialmente mantida;

**XV** - área de baixa prevalência: uma área dentro da qual a presença de uma praga está abaixo dos níveis de dano econômico e está submetido a vigilância efetiva e/ou medidas de controle;

**XVI** - tratamento: procedimento oficialmente autorizado para exterminar, remover ou tornar inférteis as pragas;

**XVII** - medidas fitossanitárias: procedimentos adotados oficialmente para prevenções e controles de pragas de vegetais e produtos vegetais;

**Art. 18.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Rio Branco, 28 de janeiro de 2002, 114º da República, 100º do Tratado de Petrópolis e 41º do Estado do Acre.**

**JORGE VIANA**

**Governador do Estado do Acre**